THALITA GONÇALVES MARANGONI

TRANSEXUALISMO E A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Dra. Irene Batista Muakad

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2014

THALITA GONÇALVES MARANGONI

TRANSEXUALISMO E A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Professora Dra. Irene Batista Muakad.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2014

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Marangoni, Thalita Gonçalves
M259t Transexualismo e a cirurgia de transgenitalização
/ Thalita Gonçalves Marangoni. -- São Paulo: USP / Faculdade de
Direito, 2014.
138 f.

Orientador: Profa. Dra. Irene Batista Muakad
Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, USP,
Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito Penal, Medicina
Forense e Criminologia, 2014.

1. Transexualismo. 2. Cirurgia de transgenitalização. 3.
Mudança de sexo I. Muakad, Irene Batista. II. Título.

CDU

DEDICATÓRIA

À minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Mãe, Dálcima Gonçalves Marangoni, seu cuidado e dedicação foi que deram, em todos os momentos, a esperança para seguir em frente. Pai, Cesar Marangoni Neto, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada. Amo vocês!

Ao amigo de todas as horas, Daniel Duarte Brasil, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com você, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhora tudo o que tenho produzido na vida.

Ao companheiro de estimação, Toby, pelas alegrias que me trouxe nesses 14 anos de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos criou o foi criativo nesta tarefa, seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um mundo de possibilidades, me dando forças para persistir e lutar por meus sonhos.

A orientadora Profa. Irene Batista Muakad, exemplo a ser seguido na carreira docente, por acreditar no meu potencial, me dando apoio e incentivo durante a realização do Mestrado, bem como pela amizade e carinho com que me recebeu e me orientou na realização deste trabalho.

Ao respeitável Professor e amigo Eduardo Roberto Alcântara Del-Campo, pela paciência, dedicação e entusiasmo com que me auxiliou na realização deste trabalho, não somente por ter me ensinado, mas por ter me feito aprender.

À estimada Dalva Veramundo Bizerra de Souza, Secretária do Departamento de Direito Penal, que fez parte da minha vida acadêmica, pela amizade e incentivo constante na realização deste trabalho.

MARANGONI, Thalita Gonçalves. *Transexualismo e a cirurgia de transgenitalização*. 2014. 138 f. Degree (Master) - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

RESUMO

A presente dissertação tem o escopo analisar o transexualismo em seus aspectos históricos, culturais, científicos, médicos, jurídicos e bioéticos, em especial quanto à submissão à cirúrgica da transgenitalização, como manifestação do princípio da dignidade da pessoa humana, do direito de isonomia e do direito à saúde, garantias fundamentais previstas na Constituição Federal. O progresso da medicina permite, há décadas, a mudança de sexo, adequando a genitália do transexual ao seu sexo psicológico, inconciliáveis e antagônicos. Entretanto, o transexual se depara com a falta de dispositivo legal que regulamente o ato cirúrgico de mudança de sexo e a retificação do registro civil, adequando o nome e o sexo do transexual operado à nova situação. O percurso dos interessados na mudança de sexo é difícil, repleto de obstáculos de diversas ordens, onde muitas vezes, o judiciário representa a consolidação do sofrimento e da exclusão social. O exercício pleno da cidadania exige o reconhecimento do direito à redesignação sexual e retificação do nome e do sexo no registro civil, além do direito à família, especificamente, ao casamento e à filiação. O presente estudo tem como objetivo demonstrar que a cirurgia de transgenitalização, bem como a correspondente alteração do registro civil do transexual são formas de concretização de direitos fundamentais, do direito à saúde e meios de proteção à dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: transexualismo, cirurgia de transgenitalização, mudança de sexo, nome e gênero

MARANGONI , Thalita Gonçalves. *Transsexualism and the sex reassignment surgery*. 2014. 138 p. (Master's Degree) - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2014.

ABSTRACT

This thesis has as its main objective to analyze transsexualism in its historical, cultural, scientific , medical, legal and bioethical aspect, especially regarding the performance of the Sex Reassignment Surgery (RSR) as a manifestation of the human dignity principle, the right to isonomy and the right to health, and to fundamental guarantees provided for in the Federal Constitution . Medical advances have made the Sex Reassignment Surgery (SRS) possible for decades, thus adapting the genitalia of the transsexual to his/her psychological gender, which is irreconcilable and antagonistic. However, the transsexual is faced with the lack of legal provisions to regulate sex change operations and to ratify civil registry records, adjusting the name and the gender of the operated transsexual to the new situation. The ones interested in sex change operations have a long way to go; they will have to overcome all sorts of obstacles, where quite often the judiciary is the consolidation of suffering and social exclusion. The full and effective exercise of citizenship requires a recognition of the right to the Sexual Reassignment Surgery (SRS) and to name and gender rectification in civil registries, besides the right to family, more specifically, the right to marriage and to affiliation. This study has as its main objective to demonstrate that the Sex Reassignment Surgery (SRS) as well as the corresponding modification of the transgender civil registry are embodiments of fundamental rights, and of health rights and they also are safeguards of human dignity.

Keywords: Transsexualism, Sex Reassignment Surgery (SRS), Gender Reassignment, Name and Gender.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. HISTÓRICO	13
2.1. Aspectos Mitológicos	13
2.2. Aspectos Históricos	18
2.3. Aspectos Multiculturais	21
2.4. Aspectos Científicos	23
3. SEXO E GÊNERO	31
3.1. Conceitos de Sexo	32
3.2. Conceito de Gênero	38
4. TRANSTORNOS DO INSTINTO SEXUAL	42
4.1. Visão atual sobre os Transtornos do Instinto Sexual	52
5. TRANSEXUALISMO	55
5.1. O Transexualismo no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V	55
5.2. Conceito e Classificação	58
5.3. Espécies de Transexualismo	61
5.4. Etiologia	62
5.4.1. Teoria Genética	63
5.4.2. Teoria Fenotípica	64
5.4.3. Teoria Psicogênica, Psicanalítica ou Psicodinâmica	64
5.4.4. Teoria Eclética ou Multifatorial	67
5.5. Diagnóstico Diferencial	67
5.5.1. Homossexualidade	68
5.5.2. Travestismo	69
5.5.3. Intersexualismo	70
6. A CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL – TRANSGENITALIZAÇÃO	72
6.1. A Transgenitalização à luz do Conselho Federal de Medicina e do Ministério da Saúde	74
6.2. Estágio de Avaliação Pré-Operatório	81
6.3. Técnicas de Transgenitalização	83
6.3.1. Neocolpovulvoplastia	84
6.3.2. Neofaloplastia e Metoidioplastia	86

7. CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO	88
7.1. Reflexos no Direito Penal.....	88
7.2. Reflexos no Direito Civil.....	92
7.2.1. Os Direitos da Personalidade e a Situação Civil do Transexual.....	93
7.3. Projetos de Lei.....	102
7.4. Parâmetros a serem observados na produção legislativa.....	107
7.5. Direito Comparado	113
7.5.1. América do Sul.....	114
7.5.2. América do Norte	116
7.5.3. Europa	118
7.5.4. Ásia.....	121
7.5.5. Oceania.....	122
 8. TRANSEXUALISMO OU TRANSEXUALIDADE?	 124
 9. CONCLUSÃO	 129
 REFERÊNCIAS	 132

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe uma reflexão sobre a questão do transexualismo, em seus aspectos jurídicos, médico-legais e bioéticos, em especial quanto à submissão cirúrgica da transgenitalização, como manifestação do princípio da dignidade da pessoa humana, do direito de isonomia e do direito à saúde, garantias fundamentais previstas na Constituição Federal.

O transexualismo, classificado atualmente pela Medicina como uma disforia de gênero, de acordo com a última versão do Manual de Transtornos Psiquiátricos DSM-V¹, sendo denominado por muitos de transexualidade, transformou-se, recentemente, no assunto da “moda”, difundido em todas as camadas sociais.

A mídia, em geral, tem dado enfoque às questões relacionadas à sexualidade humana, principalmente àquelas mais polêmicas, como é o caso do transexualismo, que ganhou espaço nos telejornais, novelas, programas de auditório, entrevistas, documentários e até nos populares “reality shows”.

A sociedade evoluiu, superou conceitos, mudou paradigmas e quebrou barreiras antes intransponíveis. Assuntos e comportamentos que antes eram considerados inaceitáveis e proibidos são agora aceitos ou minimamente tolerados.

No entanto, mesmo diante da flexibilização comportamental vivenciada atualmente, a sociedade continua impondo algumas regras rígidas de comportamento aos indivíduos, que precisam ostentar uma “boa imagem” perante os seus semelhantes conforme padrões previamente estabelecidos, retirando-lhes a espontaneidade e o direito de ser quem realmente são: seres humanos únicos.

Os tabus estão presentes na vida cotidiana e manifestam-se por meio de questões que são alvo de opiniões contraditórias que inflamam debates acalorados, por constituírem pauta polêmica capaz de ferir a moral e os costumes de determinados nichos sociais. Exemplo disso, são as questões relacionadas à superioridade do homem em relação à mulher nas relações de trabalho, o preconceito racial, o trabalho escravo, as cotas nas universidades, a bigamia, a prostituição, o transexualismo, entre outros.

¹AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-V*: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2013.

Como se sabe, a dignidade da pessoa humana constitui fundamento da República Federativa do Brasil (artigo 1º, inc. III, CF), sendo assegurado a todos a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da intimidade das pessoas (art. 5º, inc. X, CF). A identificação sexual, como expressão do direito da personalidade, é irrenunciável e intransmissível e não pode ser objeto de ameaça ou lesão (artigos. 11 e ss. do Código Civil).

Mesmo com este arcabouço jurídico destinado à proteção das pessoas, a intolerância ainda é maior quando o assunto é relativo à mudança de sexo. Segundo Berenice Bento:

“A sociedade estabelece modelos muitos rígidos, nos quais o mundo é dividido entre homens e mulheres. Se a pessoa não se encaixa numa dessas categorias, está sujeita à exclusão social. São pessoas que passam por grande drama existencial, muitos sequer conseguem tocar na genitália e outros chegam a cometer a mutilação.”²

Tratados muitas vezes como vidas indignas, verdadeiras aberrações, os transexuais enfrentam a rejeição e a violência que, não raro, inicia-se no próprio seio familiar e se estende aos relacionamentos interpessoais e demais atividades cotidianas. Os reflexos dessas reações sociais diante do transexualismo podem ser sentidos até mesmo diante das necessidades básicas do indivíduo transexual, prejudicando seu acesso à saúde, educação, trabalho e lazer.

Cabe ressaltar que a marginalização social sofrida por esses indivíduos é tão forte que muitos adoecem ou cometem suicídio, e, aqueles que conseguem sobreviver, são submetidos a uma vida extremamente precária, na qual a única fonte de renda é proveniente de atividades informais e até mesmo da prostituição.

A origem deste preconceito decorre não apenas de fatores culturais e religiosos, mas, também, do desconhecimento ou o conhecimento equivocado da massa social no tocante aos assuntos ligados à sexualidade.

Em consequência disso, os transexuais estão sendo vítimas de uma violência desmedida contra sua integridade física e psicológica, em todos os sentidos, fato que constitui verdadeira afronta aos direitos do homem e do cidadão garantidos pela Constituição Federal brasileira.

²BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 256.

Conforme tratado no Capítulo 2 do presente estudo, no campo científico, o termo transexualismo foi ouvido pela primeira vez em 1.953, quando o médico endocrinologista norte-americano Henry Benjamin referiu-se ao caso de divergência psicológica do transexual.³

Interessante notar que o sufixo *ismo* é utilizado na Medicina para designar uma doença, sendo ainda empregado, no caso em tela, por constar da CID 10 – Classificação Internacional de Doenças como uma anomalia (F 64.0), sendo um transtorno de identidade de gênero, bem como do DSM-V – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V, da Organização Mundial de Saúde, assunto abordado no Capítulo 5, que trata do Transexualismo, propriamente dito, sob a ótica das ciências médicas.

O transexualismo é conhecido pela Medicina como um transtorno (disforia de gênero) de ordem psicossomático, ou seja, uma condição em que a pessoa nasce com um determinado sexo (masculino ou feminino), mas se identifica com o gênero oposto, e, conseqüentemente, manifesta imenso inconformismo com sua situação natural, donde nasce o desejo de se submeter à intervenção cirúrgica e ao tratamento hormonal, com o intuito de adequar seu corpo ao sexo almejado.⁴

Especialistas de todas as partes do mundo como médicos, juristas, psicólogos, antropólogos, filósofos, entre outros, buscaram, ao longo do tempo, conforme os preceitos próprios de cada ciência, entender e explicar a origem, causas e conseqüências do transexualismo, assim como aperfeiçoar as técnicas de tratamento já existentes e descobrir outras novas. Além disso, houve uma crescente preocupação em lidar com o indivíduo transexual de maneira adequada, promovendo a melhora sua qualidade de vida e integração social como um todo.

No Brasil, a complexidade das relações sociais levaram médicos e juristas a validar a demanda dos transexuais como digna do interesse da Medicina e do Direito, sendo obtidos avanços bastante significativos nesses campos científicos.

A Medicina, pelas Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Medicina, reconheceu o transexualismo como doença e instituiu formas para o seu diagnóstico e tratamento, sendo a principal delas a cirurgia de transgenitalização, abordada no Capítulo 6

³PERSON, E.S; OVESEY, L. *Apud* PERSON, E. S. *The sexual century*. New York: Yale University Press, 1999. p. 110.

⁴AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-V: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, cit., p. 453.

da presente dissertação, que nada mais é que a adequação do sexo anatômico com o gênero vivenciado pelo indivíduo.

O Poder Judiciário, ao seu turno, reconheceu o direito dos transexuais à alteração do nome e gênero na identidade civil, fundamentado no direito ao livre desenvolvimento da personalidade, à privacidade, à intimidade, e de não ser discriminado em razão de sua condição social, sendo referido assunto objeto de estudo do Capítulo 7, que trata das consequências jurídicas da transgenitalização.

Até agora importantes progressos foram alcançados, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido em busca da efetiva proteção dos direitos dos transexuais, de maneira que possam usufruir de uma vida plena, como qualquer cidadão comum.

Atualmente, destaca-se a questão relativa ao registro civil do transexual, num aspecto que transcende a alteração do nome e sexo. Diz respeito à legitimidade da averbação da condição de transexual do indivíduo em tal registro.

Cabe destacar, também, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 4275, proposta pelo Ministério Público Federal em face do artigo 58 da Lei nº. 6.015/1.973 (Lei de Registros Públicos), na redação que lhe foi conferida pela Lei nº. 9.708/1.998. Caso o pedido seja acolhido, os transexuais poderão efetuar a mudança de nome e sexo perante o registro civil sem, a necessidade de realizar da cirurgia de transgenitalização.

No tocante ao Poder Legislativo, não há, sequer, um diploma legislativo específico sobre os direitos dos transexuais e, apesar de existir projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, nenhum deles foi aprovado até agora.

Diante da omissão da lei, a jurisprudência tem buscado formas de suprir as lacunas que surgem no caso concreto, atuando o aplicador da norma como um verdadeiro legislador. Contudo, é de extrema necessidade a atuação do Poder Legislativo, a fim de que sejam criadas normas específicas que assegurem os direitos dos transexuais de forma plena, principalmente quanto ao acesso à cirurgia de transgenitalização e a adequação de nome e sexo do transexual perante o registro civil, traçando parâmetros claros para a sua realização.

Assim, o objetivo do estudo é propor uma reflexão sobre a questão do transexualismo em seus aspectos jurídicos, sociais, médico-legais e bioéticos, em especial quanto à intervenção cirúrgica modificadora do sexo, como manifestação do direito de isonomia e do direito à saúde, garantias fundamentais e princípios constitucionais.

Além disso, será abordada a polêmica jurídica em torno da alteração civil do nome e da mudança de sexo, ou melhor, da identidade de gênero, debatendo seus principais pontos e desafios enfrentados na atualidade, assunto desenvolvido no Capítulo 8 do presente estudo.

Por fim, cabe registrar que a presente dissertação é qualitativa e utilizou o método qualitativo tendo como base principal a literatura médica, o estudo de legislação nacional e estrangeira, bem como a doutrina jurídica e a jurisprudência brasileira referente ao transexualismo e à cirurgia de transgenitalização, analisada à luz dos direitos fundamentais.

9. CONCLUSÃO

O transexualismo consiste numa entidade autônoma considerada pela Medicina e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma patologia psiquiátrica, tecnicamente denominada disforia de gênero, inserida no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V, e que apresenta características distintas da homossexualidade, do travestismo e do intersexualismo.

O transexual é um sujeito que rejeita seu sexo biológico, identificando-se como com o sexo oposto, ao qual deseja pertencer. Atualmente, a única terapia eficaz no tratamento do transexualismo tem sido a intervenção cirúrgica de transgenitalização, acompanhada de tratamento hormonal, possibilitando, assim, a adequação sexual do indivíduo transexual, com a finalidade de reconduzi-lo à vida social normal.

A intervenção cirúrgica de transgenitalização é admitida pela Medicina e, no Brasil, encontra-se regulamentada pela atual Resolução nº. 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina, como terapia adequada ao tratamento do transexualismo e não constitui prática de crime de lesão corporal.

Nesse contexto, não há que se falar em responsabilidade penal do médico, tendo em vista que o procedimento cirúrgico em tela decorre do exercício regular da Medicina, pautado em relevante interesse terapêutico, comprovado por rigorosos exames clínicos reveladores da necessidade da adequação sexual como forma de alcançar o bem estar físico e psicológico do indivíduo transexual. Assim, o laudo médico favorável à transgenitalização, somado à vontade e ao expreso consentimento do paciente constitui instrumento decisivo autorizador para a prática do ato cirúrgico em questão.

Na legislação brasileira não há lei específica destinada a resguardar os direitos dos transexuais, contudo, é possível encontrar dispositivos que permitem a adequação de sexo nos casos de transexualismo, bem como a respectiva alteração do gênero e do prenome perante o registro civil, conforme disposto no artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal, nos artigos 4º e 5º da Lei de Introdução do Código Civil e na Lei nº. 9.708/98, que alterou o art. 58 da Lei nº. 6.015/73 – Lei de Registros Públicos.

A construção jurídica acerca do transexualismo no Direito brasileiro, provém, em grande parte, do grande avanço da doutrina, da jurisprudência e do direito comparado. Embora as decisões tomadas pelas Cortes internacionais não possuam qualquer grau de vinculação com o Poder Judiciário brasileiro, acabam por adquirir força de precedente, sendo utilizadas em casos concretos julgados em território nacional.

No tocante ao acesso à cirurgia de transgenitalização, o ordenamento jurídico brasileiro tem caminhado no sentido de garantir a concretização desse direito aos transexuais. Exemplo disso foi a decisão proferida pela Justiça Federal, que determinou a inclusão da cirurgia de transgenitalização na lista do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território nacional. No entanto, os parâmetros judiciais ainda revelam-se incertos porque as decisões nem sempre são coerentes e uniformes, revelando certa tendência ao casuísmo.

Modernamente, a jurisprudência brasileira já se posicionou no sentido de autorizar a alteração de nome e sexo perante o registro civil, mediante comprovação de que o indivíduo transexual tenha sido submetido, previamente, à cirurgia de transgenitalização.

Por decisão paradigmática proferida no Recurso Especial nº. 678.933, o Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência acerca da questão, manifestando entendimento favorável à alteração de nome e sexo no perante o registro civil do transexual, sendo, contudo, necessária averbação, devendo constar que a retificação ocorreu em razão de decisão judicial.

Posteriormente, por decisão proferida no Recurso Especial nº. 1.008.398, o Superior Tribunal de Justiça modificou o entendimento firmando anteriormente, ao decidir, acertadamente, pela ausência de necessidade de qualquer averbação à margem do registro civil do transexual, garantindo, assim, a privacidade e a dignidade desses indivíduos.

Esta decisão representou, sem sombra de dúvidas, uma grande conquista para os transexuais, que agora aguardam o julgamento da Ação Direita de Inconstitucionalidade – ADI nº. 4275, que tem como objetivo dar ao artigo 58 da Lei de Registros Públicos interpretação conforme a Constituição, em razão da proteção do direito fundamental à identidade de gênero.

Caso a tese seja acolhida pelo Supremo Tribunal Federal, teremos um novo parâmetro regulador da matéria, pois, devido à omissão do legislador quanto à proteção do direito à identidade de gênero, a atividade jurisdicional tornou-se responsável por disciplinar esse fato tão importante da vida.

Após a exposição de amplo panorama contemporâneo envolvendo o direito dos transexuais, questiona-se se as soluções oferecidas pelo mundo jurídico teriam obtido sucesso em atender às necessidades e expectativas dos transexuais.

Pensamos que a resposta seja afirmativa. As soluções oferecidas pelo mundo jurídico satisfazem as necessidades dos transexuais, mas não de forma plena. É verdade que o Brasil já operou grandes progressos jurídicos em prol da defesa dos direitos dessa minoria, sendo que as respostas oferecidas pelo Poder Judiciário vem caminhando na direção apropriada, em congruência com a tendência internacional atual a respeito do tema.

Entretanto, ainda há muito que ser feito, principalmente no campo legislativo, a fim de que seja alcançada a regulamentação plena dos direitos dos transexuais. Do sucesso da luta jurisprudencial até a vitória por leis que os protejam, o caminho a ser percorrido pelos transexuais em prol da garantia dos seus direitos ainda será bastante longo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN JEWISH WORLD SERVICE. *Human rights day 2010: transgender rights in India*. Disponível em: <http://ajws.org/who_we_are/news/archives/features/human_rights_day_2010.html>. Acesso em: 24 abr. 2013.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-V: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. Washington, DC: American Psychiatric Publishion, 2013.

ARAÚJO, L. A. D. *A proteção constitucional do transexual*. São Paulo: Saraiva, 2000.

ARGENTINA. *Lei do matrimônio igualitário*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/congresso-da-argentina-aprova-lei-de-identidade-de-genero.html>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

ARNOLD, W.; EYSENCK, H. J.; MEILI, R. *Dicionário de psicologia*. Coordenador da edição em português: Waldemar Valle Martins. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

BALLONE, G. J. O que é atividade sexual normal? Disponível em <www.psiqwels.med.br>. Acesso em: 20 de jul. 2014.

BENJAMIN, H. *The transexual phenomenon*. New York: Julian Press, 1966.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. *Antigo e Novo Testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BRANDÃO, J.S. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1993.

BULLOUGH, V.L. The contributions to John Money: a personal view. *Journal of Sex Research*, v. 40, n. 3, p. 230-236, Aug. 2003.

BUTTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº. 1.909-A, de 25 de setembro de 1979. Acrescenta parágrafo ao artigo 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=197570>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº. 3.349, de 09 de dezembro de 1992*. Proíbe a alteração do prenome nos casos de indivíduos que sofrerem intervenção cirúrgica para mudança de sexo. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=211915>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

_____. *Projeto de Lei nº. 70, de 22 de fevereiro de 1995*. Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem a alteração do sexo e dá outras providências. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15009>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

_____. *Projeto de Lei nº. 5.002, de 2, de fevereiro de 2013*. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº. 6.015, de 31 de dezembro de 1.973. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

CAPEZ, F. *Curso de direito penal: parte especial*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 2.

CENEVIVA, W. *Lei dos Registros Públicos comentada*. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CHAVES, A. Castração - esterilização - “mudança artificial de sexo”. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 542, p. 11-19, dez. 1980.

CHOERI, R. C. S. *O conceito de identidade e a redesignação sexual*. Rio de Janeiro: Renovar, Biblioteca de Teses, 2004.

COLOMBIA. Corte Constitucional. Sala Novena de Revisión. *Sentencia nº. T-594/93*. Presidente de la Sala: Vladimiro Naranjo Mesa, julgado em 15 de diciembre de 1993. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1993/t-594-93.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução nº. 1.482, de 10 de setembro de 1997*. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e dá outras providências. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm>. Acesso em: 01 de mar. 2013.

_____. *Resolução nº. 1.652, de 02 de dezembro de 2002*. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução nº. 1.482/1997. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm>. Acesso em: 01 de mar. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº. 1.955, de 03 de dezembro de 2010. *Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução nº. 1.652/2002.* Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm>. Acesso em: 01 mar. 2013.

CORTE EUROPÉIA DE DIREITOS HUMANOS. Caso *Goodwin vs. United Kingdom*. Disponível em <www.echr.coe.int>. Acesso em: 29 abr. 2013.

DALLARI, S. G.; NUNES JÚNIOR, V. S. *Direito sanitário*. São Paulo: Verbatim, 2010.

DEL-CAMPO, E. R. A. *Medicina legal*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DINIZ, M. H. *O estado atual do biodireito*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIP, R. *Registros públicos (Trilogia do Camponês de Andorra)*. São Paulo: Millennium, 2003.

DOCTER, R. F.; FLEMING, J. S. Measures of transgender behavior. *Archives of Sexual Behavior*, v. 30, n. 3, p. 255-271, 2001.

ELLIS, H. *Studies in psychology of sex*. New York: Random House, 1936. v. 2.

ERIKSON, E. H. *Identidade, juventude de crise*. 2. ed. Tradução de Alvares Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FARINA, R. *Tansexualismo: do homem à mulher normal através dos estudos de intersexualidade e das parafilias*. São Paulo: Novolunar, 1982.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FRAGOSO, H. C. *Lições de direito penal: parte geral*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 1.

FREUD, S. *Obras completas*. 3 ed. Traducción de Luiz Lopez-Ballesteros y De Torres. Madrid: Ed. Biblioteca Nueva: 1973. t. 2.

FRIEDMAN, D.M. *Uma mente própria*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. *Novo curso de direito civil*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GILLIES, H.; MILLAND JR., R. D. *The principles and art of plastic surgery*. London: Butterworth, 1957.

GODWIN, D. W; GUZE, S. B. *Diagnóstico da doença mental*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

GRAVES, R. *O grande livro dos mitos gregos*. Tradução de Fernando Klabin. São Paulo: Ediouro, 2008.

GREGERSEN, E. *Práticas sexuais*. Tradução de Antonia Alberto de Toledo Serra e Edison Ferreira. São Paulo: Rosa, 1983.

HARRY Benjamin International Gender Dysphoria Association's (HBIGDA). The Standards of care for gender identity disorders, 6th version. *The International Journal of Transgenderism*, v. 13, n. 1, p. 1-30, Apr. 2002. Disponível em: <<http://www.wpath.org/documents2/socv6.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

HERCULES, H. de C. *Medicina legal: texto e atlas*. São Paulo: Atheneu, 2005.

ILGA EUROPE Disponível em: <http://www.ilga-europe.org/home/news/latest/albania_protects_lgbt_people_from_discrimination>. Acesso em: 29 abr. 2013.

IRVINI, J. M. *Disorders of desire: sexuality and gender in modern american sexology*. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

KESSLER, S. J.; MCKENNA, W. *Gender: an ethnomethodological approach*. Chicago: University of Chicago Press; 1978.

KIERNAN, J. A. *Neuroanatomia humana de Barr*. Original e rev. científica: Fábio Cesar Prosdociimi, Paulo Laino Cândido. 7. ed. São Paulo: Manole, 2003.

KLabin, A. L. Aspectos jurídicos do transexualismo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 90, 1995. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67295/69905>. Acesso em: 29 abr. 2013.

KRAFT-EBING, R. V. *Psychopathia sexualis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, B. H. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MANESH, S. Nepal Reconhece direitos de gays e transexuais. *Folha on line*, São Paulo, 22 dez. 2007. Caderno Notícias do Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u357526.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

MARANHÃO, O. R. *Curso básico de medicina legal*. 8. ed. 4 tir. São Paulo: Malheiros Ed., 1999.

O MÉDICO Paulista, São Paulo: Jornal da Associação Brasileira de Medicina, n. 169, dez. 1976.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 1.707 de 18 de agosto de 2008. *Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transsexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão*. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>. Acesso em: 20 de mar. 2013.

_____. *Portaria nº. 2.803/2013, de 19 de novembro de 2013*. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 05 out. 2014.

MIRABETE, J.F. *Manual de direito penal: parte geral*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1.

MOTT, L. *Etno-história da homossexualidade na América Latina*. Disponível em <http://ich.ufpel.edu.br/ndh/downloads/Luiz_Mott_Volume_04.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2013.

NEW, M. I; KITZINGER, E. S. Pope Joan: a recognizable syndrome. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 76, n. 1, p. 3-13, 1993.

NORONHA, E. M. *Direito penal*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1.

PARLAMENTO da Nova Zelândia aprova casamento homossexual. UOL, Vírgula Notícias, São Paulo, 17/04/2013 Disponível em: <<http://virgula.uol.com.br/lifestyle/gay-lifestyle/parlamento-da-nova-zelandia-aprova-casamento-homossexual/>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

PERES, A. P. A. B. *Transsexualismo: o direito a uma nova identidade sexual*. Rio de Janeiro: Renovar: 2001.

PERSON, E. S. *The sexual century*. New York: Yale University Press, 1999.

PLATÃO. *O banquete*. Tradução e notas de J. Cavalcanti de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº. 6.015, de 31 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015.htm>. Acesso em: 10 mar. 2013.

QUAGLIA, D. E. *O paciente e a intersexualidade: aspectos clínicos, endócrinos, anátomo-patológicos e genético*. São Paulo: Sarvier, 1980.

SAADEH, Alexandre. *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico do transexualismo masculino e feminino*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOARES, O. *Sexologia forense*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.

SUTTER, M. J. *Determinação e mudança de sexo: aspectos médico-legais*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1993.

SZANIAWSKI, E. *Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1998.

TRANSEXUAIS do Chile lançam campanha por lei de identidade de gênero. Disponível em: <<http://www.maringay.com.br/transsexuais-do-chile-lancam-campanha-por-lei-de-identidade-de-genero/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

TRANSGENDER LAW AND POLICY INSTITUTE. *Non-Discrimination Laws that include gender identity and expression*. Disponível em: <<http://www.transgenderlaw.org/ndlaws/index.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

UNESCO. *Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122990por.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

URUGUAI. Poder Legislativo. *Lei nº. 817, de 06 de setembro de 2004*. Luta contra o racismo, a xenofobia e a discriminação. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=17817&Anchor=>>>. Acesso em: 01 de mar. 2013.

VERDE, B. J.; GRAZIOTTIN, A. *Transexualismo: o enigma da identidade*. São Paulo: Paulos, 1997.

VIEIRA, T.R. Aspectos psicológicos, médicos e jurídicos do transexualismo. *Psicólogo Informação*, ano 4, n. 4, jan./dez. 2000.

_____. *Mudança de sexo*: aspectos médicos, psicológicos e jurídicos. São Paulo: Livr. Santos Ed., 1996.

_____. *Nome e sexo*: mudanças no registro civil. 1. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

_____; PAIVA, L. A. S. *Identidade sexual e transexualidade*. São Paulo: Roca, 2009.